

CADERNO DE ENCARGOS

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
DE ESPAÇOS VERDES E ÁRVORES DE ALINHAMENTO
DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM**

Índice

CAPÍTULO I - CLÁUSULAS GERAIS	5
CLÁUSULA 1. ^a – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO.....	5
CLÁUSULA 2. ^a – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO	5
CLÁUSULA 3. ^a - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	6
CLÁUSULA 4. ^a - OBRIGAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA	9
CLÁUSULA 5. ^a - PENALIDADES CONTRATUAIS	10
CLÁUSULA 6. ^a - FORÇA MAIOR	11
CLÁUSULA 7. ^a - DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E INFORMAÇÃO	12
CLÁUSULA 8. ^a - OBRIGAÇÕES DE SIGILO	12
CLÁUSULA 9. ^a - PRAZO DO DEVER DE SIGILO	13
CLÁUSULA 10. ^a - SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	13
CLÁUSULA 11. ^a - REPRESENTAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO	14
CLÁUSULA 12. ^a - REPRESENTAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM.....	15
CLÁUSULA 13. ^a -RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM..	15
CLÁUSULA 14. ^a - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO ADJUDICATÁRIO	17
CLÁUSULA 15. ^a - FORO COMPETENTE	19
CLÁUSULA 16. ^a - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	19
CLÁUSULA 17. ^a - CONTAGEM DOS PRAZOS.....	19
CLÁUSULA 18. ^a - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	19
CAPÍTULO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS – DISPOSICOES TECNICAS DOS SERVICOS DE MANUTENCAO	20
SECÇÃO I - NATUREZA, CARATERÍSTICAS E QUALIDADES DOS MATERIAIS.....	20
CLÁUSULA 19. ^a - ADUBOS	20
CLÁUSULA 20. ^a - HERBICIDAS	20
CLÁUSULA 21. ^a - MATERIAL VEGETAL PARA RETANCHAS E PLANTACÕES.....	21
CLÁUSULA 22. ^a - SEMENTES.....	22
CLÁUSULA 23. ^a – PASTA DE RELVA	22
CLÁUSULA 24. ^a – TUTORES.....	22
CLÁUSULA 25. ^a – PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	23
CLÁUSULA 26. ^a – TERRA VIVA.....	23
CLÁUSULA 26. ^a - GRAVILHA E CASCA DE PINHEIRO	24
CLÁUSULA 27. ^a – FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS	24
SECÇÃO II – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	24
CLÁUSULA 28. ^a - CIRCULACAO DE MAQUINAS E VIATURAS.....	24
CLÁUSULA 29. ^a - FISCALIZAÇÃO DO ARVOREDO.....	25
CLÁUSULA 30. ^a – ABATE DE ÁRVORES	25
CLÁUSULA 31. ^a – DESBASTES	26
CLÁUSULA 32. ^a – PODAS	26
CLÁUSULA 33. ^a – MODO DE EXECUÇÃO DO CORTE	27
CLÁUSULA 34. ^a – MEDIDAS PREVENTIVAS	28
CLÁUSULA 35. ^a – PODA DE FORMAÇÃO.....	29
CLÁUSULA 35. ^a – PODA DE MANUTENÇÃO.....	29
CLÁUSULA 36. ^a – PODA DE REJUVENESCIMENTO	30
SECÇÃO III – CORTES DE ZONAS VERDES	31

CLÁUSULA 37.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS	31
CLÁUSULA 38.ª – CORTE DE PRADOS	32
CLÁUSULA 39.ª – CORTE DE RELVADOS	33
CLÁUSULA 40.ª – REBORDOS DO RELVADO.....	33
SECÇÃO IV – REGAS.....	34
CLÁUSULA 41.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS	34
CLÁUSULA 42.ª – PRADOS	34
CLÁUSULA 43.ª – RELVADOS	34
CLÁUSULA 44.ª – HERBÁCEAS	35
CLÁUSULA 45.ª – ÁRVORES E ARBUSTOS	35
SECÇÃO V - RETANCHAS.....	36
CLÁUSULA 46.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS	36
CLÁUSULA 47.ª – RETANCHAS E HERBÁCEAS.....	37
CLÁUSULA 47.ª – RETANCHAS DE ÁRVORES	38
CLÁUSULA 48.ª – RETANCHAS DE ARBUSTOS	39
CLÁUSULA 49.ª – RETANCHAS DE PALMEIRAS	39
SECÇÃO VI - RESSEMENTEIRAS	40
CLÁUSULA 50.ª – RESSEMENTEIRAS	40
CLÁUSULA 51.ª – COLOCAÇÃO DE PASTA DE RELVA	41
SECÇÃO VII - AREJAMENTO, ESCARIFICAÇÃO E ROLAGEM DE RELVADOS	42
CLÁUSULA 52.ª AREJAMENTO, ESCARIFICAÇÃO E ROLAGEM DE RELVADOS	42
SECÇÃO VIII - ADUBAÇÕES	42
CLÁUSULA 53.ª - DISPOSIÇÕES GERAIS	42
CLÁUSULA 54.ª - RELVADOS	43
CLÁUSULA 55.ª - HERBÁCEAS	43
CLÁUSULA 56.ª - ARBUSTOS	44
CLÁUSULA 57.ª – ÁRVORES E PALMEIRAS	44
SECÇÃO IX – CONTROLO DE INFESTANTES	45
CLÁUSULA 57.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS	45
CLÁUSULA 57.ª – RELVADOS OU PRADOS REGADOS	45
CLÁUSULA 58.ª – HERBÁCEAS E ARBUSTOS	45
CLÁUSULA 59.ª – ÁRVORES EM CALDEIRA.....	46
SECÇÃO X – TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS	46
CLÁUSULA 60.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS	46
CLÁUSULA 61.ª – PROCESSIONÁRIA	47
CLÁUSULA 62.ª – LAGARTA DO RELVADO	49
CLÁUSULA 63.ª – AFÍDEOS	49
CLÁUSULA 64.ª – ESCARAVELHO DA PALMEIRA	49
SECÇÃO XI – TUTORAGEM.....	50
CLÁUSULA 65.ª – TUTORAGEM	50
SECÇÃO XII – LIMPEZA GERAL.....	51
CLÁUSULA 66.ª – LIMPEZA GERAL.....	51
SECÇÃO XIII – LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE REGA	52
CLÁUSULA 67.ª – LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE REGA	52
SECÇÃO XIV – REMOÇÃO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS.....	52

CLÁUSULA 68.ª – REMOÇÃO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS.....	52
CLÁUSULA 69.ª – MADEIRA COM INTERESSE PARA A ENTIDADE ADJUDICANTE.....	53
SECCAO XV – ESPAÇOS VERDES DAS ESCOLAS	53
CLÁUSULA 70.ª – ESPAÇOS VERDES DAS ESCOLAS	53
SECCAO XVI – MEIOS HUMANOS	54
CLÁUSULA 72.ª – TRABALHADORES E HORÁRIOS	54
CLÁUSULA 73.ª – FUNDAMENTOS E IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES	55
CLÁUSULA 75.ª – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.....	55

CAPÍTULO I - CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA 1.^a – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

1. O objeto do presente concurso público consiste na **Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes e Árvores de Alinhamento da Junta de Freguesia de Belém**, por um período de três anos, de acordo com o definido nas peças do presente procedimento.
2. Os serviços a prestar pelo adjudicatário compreendem a execução de todas as tarefas necessárias ao integral cumprimento do objeto do presente procedimento e cumprimento de todas as cláusulas constantes do presente Caderno de Encargos, em especial as especificações técnicas.
3. Para efeito do integral cumprimento do objeto do presente procedimento, deve o adjudicatário mobilizar e integrar os técnicos com as aptidões e as qualificações, quer profissionais indispensáveis à boa execução do contrato, quer legalmente exigíveis ao exercício das respetivas atividades, no âmbito da legislação aplicável.

CLÁUSULA 2.^a – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos prestados pela entidade pública contratante durante o procedimento;
 - b) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos interessados, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta,

e) e os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência obedece à ordem, pela qual se encontram enunciados no número anterior.

4. Em caso de divergência entre as cláusulas jurídicas e as cláusulas técnicas constantes do presente caderno de encargos, as cláusulas técnicas prevalecem sobre as cláusulas jurídicas no que respeita a características, tipo e natureza ou extensão dos serviços a prestar, e as cláusulas jurídicas prevalecem sobre as cláusulas técnicas no que respeita ao exercício, conteúdo e efeitos de direitos e obrigações das partes.

CLÁUSULA 3.^a - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. O Adjudicatário fica obrigado a prestar Serviços de **Manutenção e Conservação de Espaços Verdes e Árvores de Alinhamento da Junta de Freguesia de Belém**, conforme listagem de localização constante no Anexo I do Caderno de Encargos, sendo que, no que se refere às árvores de alinhamento, são cerca de 2.350 espalhadas pelas ruas da Freguesia de Belém. Há ainda a considerar espaços expectantes, com área de cerca de 5000 m².

2. Todo o pessoal afeto à prestação de serviços deverá estar devidamente identificado e fardado.

3. O Adjudicatário deverá nomear um representante que será o elemento de diálogo com a fiscalização relativamente a assuntos técnicos e processuais da prestação de serviços. Sempre que haja substituição temporária ou definitiva deste representante, deverá tal facto ser comunicado à Fiscalização da Junta de Freguesia.

4. Mensalmente, em data a acordar entre as partes, o Adjudicatário deverá apresentar Plano de Manutenção proposto para o mês seguinte, bem como Relatório Mensal dos Trabalhos Executados.

5. No final de cada mês, em data a acordar entre as partes, ocorrerá reunião conjunta para avaliação do trabalho desempenhado pelo Adjudicatário, tendo por base os documentos apresentados e a situação geral dos espaços.
6. Os trabalhos encontram-se definidos, quanto à sua espécie e condições técnicas de execução, nas cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos. O Adjudicatário deverá inteirar-se no local, do volume e natureza dos trabalhos a executar, não sendo atendidas quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento e na falta de previsão dos mesmos.
7. O Adjudicatário obriga-se a executar todos os trabalhos de acordo com as regras e normas definidas no Caderno de Encargos. Deverá ainda executar todos os trabalhos acessórios que, expressa ou explicitamente sejam exigidos para atingir o objetivo do fornecimento, devendo cumprir com todas as instruções que, para tal, lhe sejam dadas pela fiscalização.
8. A Junta de Freguesia reserva-se no direito de executar no local, ou de mandar executar por outrem, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
9. Quando o Adjudicatário considere que a normal execução do seu fornecimento está a ser impedido ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos a que se refere o ponto anterior, deverá apresentar a sua reclamação a fim de superiormente se tomarem as providências que as circunstâncias imponham.
10. Sempre que o Adjudicatário sofra atrasos na execução da prestação de serviços, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá informar por escrito a fiscalização, no sentido da Junta de Freguesia tomar as devidas providências.
11. Se os trabalhos a executar na prestação de serviços forem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o Adjudicatário deverá previamente comunicar esse facto à fiscalização, para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias.

12. Salvo disposição em contrário deste caderno de encargos, correrão por conta do Adjudicatário, que se considerará para o efeito o único responsável:
- a. A responsabilidade por todos os danos causados pelo Adjudicatário durante a execução do seu trabalho, quer os que sejam de natureza humana, nomeadamente os relativos a acidentes de trabalho, quer os que sejam de natureza material, nomeadamente as canalizações existentes na zona da prestação de serviços, bocas-de-incêndio, bocas de rega, aspersores, pulverizadores, material vegetal, e demais equipamento de rega e jardim.
 - b. A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao Adjudicatário e que resultem da própria natureza da prestação de serviços, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Adjudicatário, e/ou do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos.
 - c. A reparação de situações que não estejam diretamente relacionadas com os trabalhos de manutenção previstos nesta prestação de serviços, serão integralmente da responsabilidade da Junta de Freguesia.
 - d. Em qualquer dos casos, o Adjudicatário deverá informar a Junta de Freguesia e manter os trabalhos de manutenção previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos, ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, nomeadamente transição de sistema de rega automático para manual.
 - e. O fornecimento de material vegetal para retanchas e substituições cuja morte ou dano tenha por origem uma deficiente manutenção, será integralmente da responsabilidade do Adjudicatário.
 - f. Relativamente aos sistemas de rega o fornecimento e correta instalação de todo o material para substituição do existente, reparação de roturas ou danos infligidos no equipamento, quer a causa seja por desgaste do material ou por deficiente uso do

Adjudicatário de serviços, é sempre da responsabilidade do Adjudicatário, devendo o mesmo proceder à reparação necessária no prazo máximo de 3 dias.

- g. É expressamente proibido fazer qualquer alteração ao tipo do material a instalar, sem prévia autorização por escrito da fiscalização.
- h. O fornecimento de terra vegetal e de material vegetal para retanchas e substituições que nas condições anteriormente descritas seja da responsabilidade da Junta de Freguesia, deverão ser mencionadas na reunião mensal prevista, para que a fiscalização possa satisfazer e com tempo, o fornecimento do material previsto.
- i. O fornecimento de água está a cargo da Junta de Freguesia.
- j. Todos os transportes serão da responsabilidade do Adjudicatário, e por conta deste, assim como as instalações para o pessoal (sanitários, balneários e refeitório do pessoal).

CLÁUSULA 4.^a - OBRIGAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Junta de Freguesia deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada (*o preço não pode ser superior a 900.000,00€ - novecentos mil euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. A Junta de Freguesia pagará mensalmente ao Adjudicatário o valor correspondente a 1/36 do preço referido no número anterior.
3. O pagamento dos trabalhos realizados em cada mês será efetuado com base na fatura apresentada no final do mesmo. Será no entanto deduzido ao preço mensal o valor das áreas ou dos jardins que a Junta de Freguesia entenda retirar da prestação de serviços. O valor da dedução será calculado por cada área com base no preço unitário contratado, e comunicado ao Adjudicatário previamente.
4. Não serão concedidos adiantamentos.

5. O preço referido no nº 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

6. As quantias devidas devem ser pagas no prazo de 30 dias após a sua receção.

CLÁUSULA 5.^a - PENALIDADES CONTRATUAIS

1. A fiscalização reserva-se no direito de, durante e após a execução dos trabalhos, ou sempre que o entender, levar a efeito visitas a fim de verificar se a manutenção dos espaços verdes está a ser feita de acordo com o estipulado neste Caderno Técnico de Encargos.

2. Nas reuniões mensais de avaliação será avaliado o desempenho do Adjudicatário, tendo como base o seu Plano mensal apresentado e o trabalho efetuado no mês em análise, sendo atribuída uma classificação a cada rubrica de acordo com a seguinte escala:

1 - Insuficiente 2 - Suficiente 3 – Bom

3. Desta classificação resultará um valor médio para a avaliação do mês. A penalização será determinada em função deste valor, mediante a atribuição de uma percentagem de acordo com a tabela seguinte:

Média da Avaliação Mensal (\bar{x})	Penalização
$\bar{x} \leq 1$	100 %
$1 < \bar{x} \leq 1,5$	50 %
$1,5 < \bar{x} \leq 1,7$	25 %
$1,7 < \bar{x} \leq 1,9$	10 %
$\bar{x} > 1,9$	0 %

CLÁUSULA 6.^a - FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem comprovada;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 7.^a - DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E INFORMAÇÃO

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

CLÁUSULA 8.^a - OBRIGAÇÕES DE SIGILO

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Junta de Freguesia de Belém, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 9.^a - PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo 5 (cinco) anos o a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

CLÁUSULA 10.^a - SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. O adjudicatário pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.os 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. A Junta de Freguesia de Belém apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
3. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito, devendo ser especificados os trabalhos a realizar.
4. O adjudicatário obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do adjudicatário do pessoal dos subcontratados presentes na prestação de serviços.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
6. No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o adjudicatário deve comunicar por escrito o facto à Junta de Freguesia de Belém, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a

subcontratados.

8. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

CLÁUSULA 11.ª - REPRESENTAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

1. Durante a execução do contrato, o adjudicatário é representado por um diretor da prestação de serviços, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. O adjudicatário obriga-se, sob reserva de aceitação pela Junta de Freguesia de Belém, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: formação superior em Ciências Agrárias.

3. Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o adjudicatário confirmará, por escrito, o nome do diretor da prestação de serviços, indicando a sua qualificação técnica, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da prestação de serviços e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspectos técnicos da execução da prestação de serviços são dirigidos diretamente ao diretor da prestação de serviços.

5. O diretor da prestação de serviços acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da prestação de serviços sempre que para tal seja convocado.

6. A Junta de Freguesia de Belém poderá impor a substituição do diretor da prestação

de serviços, devendo a ordem respectiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objectivas e ou inerentes à atuação profissional do diretor da prestação de serviços.

7. Na ausência ou impedimento do diretor da prestação de serviços, o adjudicatário é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização, pela marcha dos trabalhos.

CLÁUSULA 12.^a - REPRESENTAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM

1. Durante a execução do contrato a Junta de Freguesia de Belém é representada por quem esta delibere ser responsável pelo seu acompanhamento, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. A Junta de Freguesia de Belém notifica o adjudicatário da identidade do responsável que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data do início dos trabalhos, o qual poderá ser substituído caso em que o adjudicatário será devidamente notificado.

CLÁUSULA 13.^a-RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a Junta de Freguesia de Belém pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;
- b) Incumprimento, por parte do adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da Junta de

Freguesia de Belém;

- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pela Junta de Freguesia de Belém contrarie o princípio da boa-fé;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo adjudicatário, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i) Se o adjudicatário, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao adjudicatário que seja superior a 1/40 do prazo de execução da prestação de serviços;
- l) Se o adjudicatário não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão da Junta de Freguesia de Belém que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
- m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pela Junta de Freguesia de Belém por facto imputável ao adjudicatário ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- n) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos;
- o) Se não foram corrigidos os defeitos detectados no período de garantia da prestação de serviços ou se não for repetida a execução da prestação de serviços com defeito ou

substituídos os equipamentos defeituosos;

- p) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado;
- q) Se o adjudicatário, durante a execução do contrato, deixar de preencher ao requisitos de habilitação exigíveis nos termos do artigo 81º do CCP;
- r) Se o adjudicatário não possuir válidas todas as apólices de seguros, durante a vigência do contrato.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respectivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a Junta de Freguesia de Belém poder executar as garantias prestadas.

3. No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o adjudicatário tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao adjudicatário o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respectiva importância.

CLÁUSULA 14.^a - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o adjudicatário pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Junta de Freguesia de Belém;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Junta de Freguesia de Belém por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;

- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual da Junta de Freguesia de Belém, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e) Incumprimento pela Junta de Freguesia de Belém de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - f) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao adjudicatário, ocorrer uma redução superior a 20 % do preço contratual;
 - g) Se a suspensão da prestação de serviços se mantiver:
 - i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da prestação de serviços, quando resulte de caso de força maior;
 - ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável à Junta de Freguesia de Belém;
2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do adjudicatário ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Junta de Freguesia de Belém, produzindo efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se a Junta de Freguesia de Belém cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 15.^a - FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal da área geográfica da entidade adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 16.^a - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA 17.^a - CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto quando se encontrar expressamente prevista outra modalidade de contagem.

CLÁUSULA 18.^a - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

**CAPÍTULO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS
DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**

SECÇÃO I - NATUREZA, CARACTERÍSTICAS E QUALIDADES DOS MATERIAIS

CLÁUSULA 19.^a - ADUBOS

1. Poderão utilizar-se os seguintes fertilizantes e corretivos:
 - a) Na fertilização mineral:
 - a. Adubo composto NPK doseado no mínimo 12-12-17, além de 2% de Mg e 6% de Ca e outros micronutrientes;
 - b. Adubo nitro-amoniacal a 20,5%, para adubações de manutenção;
 - b) Na fertilização orgânica:
 - a. Corretivo orgânico, doseado cerca de 50% de matéria orgânica bem estabilizada.
 - b. Estrume bem curtido e miúdo, proveniente da cama de gado cavalar.
 - c. Terriço de folhas bem curtido.
2. O adjudicatário poderá apresentar propostas alternativas, a consideração da entidade adjudicante.

CLÁUSULA 20.^a - HERBICIDAS

1. Os herbicidas a utilizar deverão ser toxicologicamente inócuos para os seres humanos e para os animais em termos de inalação, ingestão, contacto cutâneo e ocular e nunca de ação residual, podendo ser seletivos ou não, de acordo com a situação.
2. Nos relvados implantados há mais de um ano, a monda deverá ser feita com

herbicidas seletivos, de acordo com as infestantes existentes.

3. Nos pavimentos os herbicidas a aplicar nunca deverão ser de ação residual, devendo-se utilizar o produto menos tóxico para o homem e animais domésticos e que apresente menos risco para o meio ambiente.

CLÁUSULA 21.ª - MATERIAL VEGETAL PARA RETANCHAS E PLANTACÕES

1. As árvores serão de plumagem, com flecha intacta e vigorosa. O caule deve ser bem direito desde o início e as raízes bem desenvolvidas, estendidas e não espiraladas, devendo-se apresentar em bom estado fisiológico e fitossanitário, sendo recusadas as plantas com raízes danificadas ou com necroses.

2. As árvores de folha caduca a fornecerem em raiz nua devera ter o sistema radicular bem desenvolvido e com cabelame abundante. As plantas de folha persistente deverão ser fornecidas em torrão suficientemente consistente para não se desfazer facilmente.

3. Quanto as alturas deverão ser compreendidas entre os valores a seguir indicados:

- a) Árvores de folha caduca - entre 3,00 e 4,00m, e perímetro (P.A.P) mínimo de 12cm;
- b) Árvores de folha persistente - entre 1,50 e 2,00m, e perímetro (P.A.P) mínimo de 8cm.

4. As palmeiras apresentarão fustes sem deformações nem feridas e com um número de folhas inferior a 7 unidades.

5. Os arbustos a utilizar devem ter características semelhantes as árvores ou seja, ser exemplares sãos, ramificados desde o colo (com 3 a 5 ramos no mínimo) e cujo desenvolvimento e conformação esteja de acordo com a espécie.

6. Os arbustos de folha caduca devem ser fornecidos de raiz nua, com um bom desenvolvimento radicular e cabelame abundante:

- a) Arbustos de folha caduca entre 0,60 a 1,20m de altura;

b) Arbustos de folha persistente entre 0,40 e 1,00m de altura.

7. No que respeita as plantas herbáceas vivazes, elas deverão ser fornecidas em tufos fortes e bem enraizadas ou em estacas bem atempadas, de acordo com as características da espécie a que pertençam. Serão plantadas em compassos adequados indicados pela entidade adjudicante.

CLÁUSULA 22.ª - SEMENTES

1. As sementes pertencerão às espécies indicadas no respectivo plano de sementeira ou terão a indicação da fiscalização, e terão obrigatoriamente o grau de pureza e o poder germinativo exigido por lei. As sementes serão provenientes da colheita, sobre cuja data não tenha decorrido mais de 10 meses.
2. Deve ser garantida a inexistência de problemas fitossanitários.
3. O adjudicatário obriga-se a entregar à fiscalização uma amostra do lote das sementes a empregar ou as espécies que o constituem.

CLÁUSULA 23.ª – PASTA DE RELVA

1. Deverão ser pastas de relva bem enraizadas e em bom estado vegetativo e fitossanitário.

CLÁUSULA 24.ª – TUTORES

1. Os tutores serão formados por varolas de pinho ou eucalipto, devidamente tratados por emersão em solução de sulfato de cobre a 5% durante pelo menos 2 horas e terão a dimensão necessária para acompanhar e proteger a árvore ou arbusto que estiverem a tutorar. Deverão ser atados com material adequado para o efeito (fio de mealhar alcatroado e proteções em borracha) com um número mínimo de atilhos nas árvores de duas unidades.

2. No caso dos arbustos, poder-se-á utilizar canas que devem ter o fuste limpo, com diâmetro mais ou menos de 0,30m e não ultrapassem em altura o arbusto. Os tutores devem ter uma superfície regular e de diâmetro uniforme, devem igualmente ter tratamento anti-fúngico.
3. As varas são ligadas entre si com traves de 40 a 60cm de comprimento.
4. A amarração da árvore ao tripé far-se-á em três pontos (um para cada vara) com cinta elástica de 8 a 10cm de largura. As cintas são presas com agrafos.

CLÁUSULA 25.ª – PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS

1. Os tratamentos fitossanitários deverão ser efetuados regularmente, com os produtos existentes no mercado, mais adequados para cada tipo de situação e desde que aprovados pelo serviço de Fiscalização.
2. Todos os produtos necessários ao combate de pragas e doenças, serão de exclusiva responsabilidade do adjudicatário, após concordância do serviço de Fiscalização.

CLÁUSULA 26.ª – TERRA VIVA

1. A terra a usar em reparações de zonas verdes, retanchas e ressementeiras, deve ser proveniente da camada superficial de terrenos da mata ou da camada arável de terrenos agrícolas sem infestantes.
2. Deve apresentar textura franca (30% a 40% de argila, 40% a 50% de areia e 10% a 15% de matéria orgânica) e será isenta de pedras, torrões, raízes e de materiais estranhos provenientes da incorporação de lixos.
3. A camada a colocar deve possuir uma espessura mínima de 0,10m, ou segundo indicações do Serviço Responsável.

4. O fornecimento de terra fica dependente da aprovação da Fiscalização que poderá obrigar à entrega prévia do respetivo Boletim de análises de Terras e amostras não inferiores a 2Kg.

CLÁUSULA 26.ª - GRAVILHA E CASCA DE PINHEIRO

1. Todo o material de inertes a fornecer pelo adjudicatário deves ter a mesma natureza e granulometria do material utilizado originalmente.
2. O fornecimento de gravilha e casca de pinheiro fica dependente da aprovação da entidade adjudicante que poderá obrigar a entrega prévia de uma amostra do material inerte.

CLÁUSULA 27.ª – FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS

1. As ferramentas, equipamentos e outros materiais a utilizar serão os tecnicamente mais apropriados para a execução das operações culturais exigidas, segundo os critérios da fiscalização.
2. O adjudicatário deverá colocar ao serviço as máquinas ou veículos que se vierem a justificar para a execução de tarefas específicas.
3. Todos os veículos ao serviço deverão apresentar uma placa com a inscrição “Ao Serviço da Junta de Freguesia de Belém”, colocada de forma a ser facilmente legível.

SECÇÃO II – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 28.ª - CIRCULAÇÃO DE MÁQUINAS E VIATURAS

A circulação de viaturas deves respeitar as características do pavimento das vias. Conforme os tipos de pavimento apenas deverão circular pontualmente viaturas ligeiras, em

velocidade de serviço muito reduzida evitando arranques bruscos, a tração deve ser suave e progressiva, devendo ainda ser evitadas as travagens bruscas ou derrapagens.

CLÁUSULA 29.ª - FISCALIZAÇÃO DO ARVOREDO

No início da prestação do serviço deverá ser feita vistoria a todo o arvoredo, incluindo as árvores de arruamento, para deteção de necessidades de poda e quaisquer problemas fitossanitários, ou outros, que possam indiciar situações de perigo. O resultado desta fiscalização deverá ser comunicada à Fiscalização, de modo a planear uma intervenção de forma adequada. Periodicamente, o Adjudicatário deverá assegurar a realização de novas vistorias ao arvoredo.

CLÁUSULA 30.ª – ABATE DE ÁRVORES

1. De acordo com indicação da entidade adjudicante e o respetivo acompanhamento, poderão ser eliminadas total ou parcialmente árvores doentes, secas ou que se encontrem em risco de queda.
2. Na prestação dos serviços debara considerar-se a forma de queda da árvore a abater, de forma a não danificar as restantes árvores e demais vegetação existente, pavimentos, equipamentos e edifícios. A operação de abate de elementos arbóreos inclui o arranque de cepos com reposição de terra vegetal na cova e caso existam danos estes deverão ser reparados.
3. Antes de se iniciarem os serviços de abate, a zona de intervenção deverá ser devidamente sinalizada e delimitada, de forma a criar todas as condições de segurança para peões, veículos e outros bens.

CLÁUSULA 31.ª – DESBASTES

1. Este tipo de operação será efetuado em áreas com elevada densidade arbórea e/ou arbustiva, consistindo na remoção de árvores segundo uma ordem de prioridade que vai das classes dominadas para as dominantes, vulgarmente desbaste de “baixo para cima”.
2. Serão eliminadas todas as árvores doentes e as que se encontrem muito inclinadas em risco de queda, sempre com a prévia autorização da Fiscalização.
3. Quanto às restantes árvores, serão eliminadas as dominadas e algumas das sub-dominadas, de acordo com marcação prévia feita pela Fiscalização.
4. No caso de se tratar de eliminação de espécies infestantes, será de imediato aplicado um herbicida na toixa da planta eliminada.

CLÁUSULA 32.ª – PODAS

1. A poda só se deve realizar quando seja necessária, para ajudar a árvore ou arbusto, a conservar a sua forma natural ou a favorecer a floração, tendo sempre em consideração as seguintes orientações técnicas:
 - a) Que as árvores resinosas de folha persistente só se devem podar nas pontas dos ramos ou, em casos excecionais, suprimir ramos muito jovens.
 - b) No geral, as árvores e arbustos deverão ser podados no Outono/Inverno, sendo os arbustos de folhagem ornamental apenas podados no Outono.
 - c) Os rebentos ladrões devem ser retirados em Julho/Agosto. Os pimpolhos, nomeadamente dos choupos e tílias devem ser retirados sempre que apareçam, sobretudo se se tornam invasores dos relvados.
 - d) No caso das palmeiras, a poda limita-se geralmente à supressão de folhas, devendo conservar-se todas as folhas verdes e em bom estado, cortando-se apenas aquelas que se apresentem total ou parcialmente secas. O corte da folha seca deverá deixar

no espique uma porção do pecíolo suficiente para “alicerçar” a folha verde seguinte (cerca de 10cm).

- e) É aconselhável realizar a poda de palmeiras durante os meses de Verão, embora se possam eliminar as folhas secas em qualquer outra altura do ano e sempre que necessário.
- f) Sempre que seja necessário proceder à poda e/ou abate de árvores com recurso a escaladores, o adjudicatário deverá assegurar estes serviços de acordo com as boas práticas de manejo de arvoredos, segundo as normas e os equipamentos de segurança para os trabalhos em altura, bem como o respeito pela integridade das árvores.

CLÁUSULA 33^a – MODO DE EXECUÇÃO DO CORTE

1. O corte deve ser correto para permitir um bom desenvolvimento do calo de cicatrização. Como corte correto entende-se aquele que se situa no plano que vai desde a parte externa da ruga do ramo até à parte superior do colo do mesmo (ver figura 1).

ESQUEMA DE UM CORTE CORRECTO

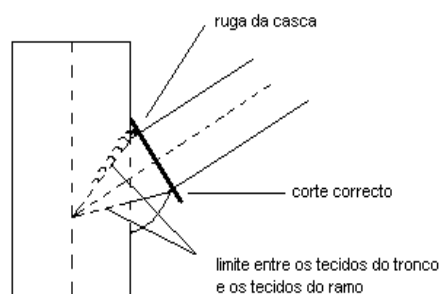


Figura 1- Esquema de um corte correto

2. O corte não pode ser feito nem muito rente ao tronco (ou ramo-mãe) para não danificar os tecidos do tronco, nem longe demais para não dar origem a um coto de madeira morta. Após o corte, os bordos da ferida devem ficar limpos e o mais uniforme possível.
3. Sempre que se façam atarraques ou supressão de forquilhas deve usar-se o mesmo método de corte. Numa situação de atarraque deve-se deixar sempre um tira-seivas para a cicatrização ser mais rápida e eficiente.
4. Quando se eliminam ramos mortos o método de corte também será o mesmo, tendo-se nestes casos o cuidado de não danificar ou eliminar o calo de cicatrização que já se tenha formado.
5. Quando se pretende eliminar um ramo de maior porte, este deve ser seccionado tantas vezes quantas as necessárias até ao plano de corte final, para não ocorrer esgaçamento da casca do tronco.

CLÁUSULA 34.ª – MEDIDAS PREVENTIVAS

1. Em qualquer caso, a boa execução dos cortes, ou a limpeza das feridas são imprescindíveis para a saúde das árvores.
2. Para evitar a propagação de doenças, as ferramentas de poda serão tratadas por um produto desinfetante, que tenha sido submetido à aprovação da fiscalização.
3. Na ausência de processo automático de desinfecção do material, é necessário realizar uma desinfecção periódica das ferramentas, antes da deslocação para outro local.
4. Nas zonas de elevado risco de contaminação, serão tomadas precauções particulares, sendo obrigatória a desinfecção do material antes de começar o trabalho noutra árvore.

CLÁUSULA 35.ª – PODA DE FORMAÇÃO

1. Realiza-se nas árvores jovens e recém plantadas até se conseguir o porte e a forma desejada para a planta adulta.
2. Compreende dois tipos de intervenção: formação da estrutura principal da árvore e levantamento da copa.
3. Na formação da estrutura pretende-se que a árvore adquira, dentro da forma natural da espécie, uma estrutura equilibrada. Deve-se privilegiar a manutenção da flecha até a árvore atingir uma altura em que a copa tenha a sua forma natural: é importante que o tronco e fuste sejam direitos e sólidos.
4. As forquilhas devem ser eliminadas.
5. O levantamento da copa deve ser efetuado até às seguintes alturas:
 - a) - Árvores em jardim ou zonas pedestres - 2,5m.
6. A retirada dos ramos baixos para o levantamento da copa não deve exceder 1/3 da altura total da árvore e não devem ser retirados em mais do que 1,5m em altura de cada vez. Esta operação não deve ser efetuada nas espécies cuja forma seja carateristicamente com revestimento desde a base.
7. A poda de formação será anual ou bianual consoante o crescimento e desenvolvimento da árvore.

CLÁUSULA 35.ª – PODA DE MANUTENÇÃO

1. É feita com o objetivo de proporcionar à planta adulta boas condições que favoreçam a sobrevivência das suas qualidades físicas e estéticas.
2. Compreende três tipos de intervenção: eliminação de ramos secos, aclaramento e redução de copa.

3. A eliminação de ramos mortos far-se-á sempre que estes surjam dado o perigo que representam para pessoas e bens.
4. O aclaramento consiste na eliminação de ramos na parte interna da copa sem alterar a silhueta e volumetria desta. Tem o objetivo de proporcionar um maior arejamento e penetração dos raios solares na parte interna da copa. Não deve ser retirado, de cada vez, mais do que 20 a 30 % do volume inicial da copa, devendo-se evitar o mais possível retirar ramos da periferia da copa.
5. A redução de copa consiste em reduzir a volumetria da copa sem alterar a sua forma inicial. Deve ser feita à custa de atarraques junto de um tira-seivas de grossura nunca inferior a 2/3 do ramo atarracado. É um tipo de poda que só será feita excecionalmente e por causas bem determinadas.
6. As sebes serão podadas sempre que necessário de modo a adquirirem o porte e a forma desejada. Efetuar-se-ão, por métodos mecânicos ou manuais de acordo com o tipo de sebe e o seu desenvolvimento, tendo o cuidado de após o corte, a sebe não apresentar ramos “mastigados”, mas sim um corte uniforme. Ter-se-á atenção especial às podas de formação em sebes recém plantadas.

CLÁUSULA 36.ª – PODA DE REJUVENESCIMENTO

1. Realiza-se nas árvores e arbustos que rebentam com facilidade, suprimindo no todo ou em parte a copa da planta (rolamento), com o objetivo de se formar uma nova parte aérea mais vigorosa.
2. Em árvores ou arbustos de maior porte, a poda de rejuvenescimento obriga a intervenções anuais durante vários anos, até se obter de novo uma copa equilibrada.
3. Em caso algum será permitido o corte da guia terminal das árvores, assim como não será aceite o corte das ramagens inferiores. O arvoredo deverá manter-se com as suas formas naturais.

4. Anualmente, sob a orientação do Serviço Responsável e, durante o período de repouso vegetativo, serão suprimidos os ramos que ameacem desequilibrar o normal desenvolvimento da planta, de modo a manter-se a sua silhueta natural.
5. Excetuando a operação anteriormente descrita que dependerá do Serviço Responsável, será proibido qualquer corte do arvoredo, a não ser de ramos secos e restos de ramos secos, ou anteriormente quebrados.
6. Relativamente a arbustos, deverá o adjudicatário executar limpezas de ramos secos ou doentes, e de ramos com crescimento desproporcional com o fim de conduzir o exemplar segundo a sua forma natural, e fazer a manutenção das sebes existentes. Os arbustos de flor, deverão ser podados de acordo com a sua natureza e especificidade, no sentido de produzirem floração mais intensa e vistosa.
7. Nunca sem o consentimento do Serviço Responsável, o adjudicatário tomará iniciativas de condução de arbustos sob uma forma artificial, quer seja para formação de sebes, quer seja para aproximação a formas arbóreas, com risco de incorrer em penalidades.
8. Se o adjudicatário efetuar qualquer poda da qual resulte um aspeto definitivamente mutilado da árvore ou arbusto, deverá replantar um exemplar de idêntica dimensão.
9. Todas as operações descritas anteriormente só podem ser efetuadas depois do parecer favorável por parte do serviço de fiscalização competente.

SECÇÃO III – CORTES DE ZONAS VERDES

CLÁUSULA 37.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Quando executados juntos às vias principais, não podem causar perturbações a circulação normal de veículos e pessoas e devem garantir ainda de um modo geral, todas as precauções de forma a não danificar viaturas nem provocar acidentes com os utentes.
2. No caso de existirem árvores ou arbustos jovens, o colo deve ser protegido do corte por tubos de plástico ou tubos de rede plástica, caso seja necessário.

3. Nos locais em que existam árvores plantadas devem ser feitas caldeiras distanciadas 0,50 m do colo da árvore e corte devera ser executado utilizando uma pá francesa, arrancando a relva em excesso até às raízes.
4. No caso de as árvores ou arbustos serem jovens, o colo deve ser protegido do corte por tubos de plástico ou tubos de rede plástica, caso seja necessário.
5. Devido a importância da operação de corte, o equipamento terá que estar bem conservado, limpo e apresentar todas as condições de segurança quer para o utilizador quer para a execução do serviço.
6. Caso existam focos de doença em parte ou em todo o relvado, as máquinas de corte especialmente as lâminas terão que ser desinfetadas com uma solução própria antes e depois de cada corte, até se ter erradicado a doença do relvado. Esta operação terá que ser feita no próprio local.

CLÁUSULA 38.ª – CORTE DE PRADOS

1. O corte deverá ser feito mecanicamente, utilizando as máquinas adequadas as características de cada prado.
2. As roçadoras de mato, com fio, só devem ser utilizadas para os acabamentos dos bordos ou em locais onde não seja viável a utilização de outro tipo de máquina.
3. O corte do prado deverá ser executado de forma a que seja respeitado o ciclo vegetativo das gramíneas, permitindo a produção de semente, sendo assim assegurada a renovação do prado.
4. O prado deverá ter uma altura até 15 cm, pelo que deverão ser efetuados tantos cortes quantos os necessários para não ultrapassar a referida altura, ou sempre que a entidade adjudicante o determine.

CLÁUSULA 39.ª – CORTE DE RELVADOS

1. O corte de relvado deve ser efetuado sempre que necessário e qualquer que seja a época do ano.
2. A relva devera apresentar sempre uma altura homogénea de 3cm nunca superior a 5cm, e ter uma cor uniforme sem manchas amareladas
3. A frequência do corte dependera sobretudo das condições climáticas, da frequência de rega e de fertilização.
4. No Verão, os cortes deverão ser mais frequentes, mas sempre segundo indicações da entidade adjudicante.
5. O aumento da frequência dos cortes no caso da relva, elimina a maior parte das infestantes e reduz o efeito das diferenças de coloração nos relvados, cuja causa principal é o grande número de infestantes.
6. O corte de relvado deverá ser feito mecanicamente, podendo usar-se máquinas de lâminas helicoidais (preferencialmente, no caso dos relvados) com um mínimo de cinco lâminas, ou rotativas com largura média de corte de 50cm, ou de acordo com a dimensão e largura dos canteiros.
7. As roçadoras de mato, com fio, só devem ser utilizadas para os acabamentos dos bordos ou em locais onde não seja viável a utilização de outro tipo de máquina.

CLÁUSULA 40.ª – REBORDOS DO RELVADO

Nos limites das áreas de relvado, e com o objetivo de que este não invada os caminhos ou canteiros, realizar-se-á pelo menos quatro vezes por ano o corte dos rebordos dos relvados, utilizando uma pá francesa, arrancando a relva em excesso até às raízes.

SECÇÃO IV – REGAS

CLÁUSULA 41.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A rega é uma operação que deve ser efetuada, sempre que as condições hídricas do solo o exijam, qualquer que seja a época do ano.
2. Em caso de avaria dos sistemas de rega ou da não existência de bocas de rega, devera o adjudicatário, a sua custa, proceder de modo a que as regas sejam sempre realizadas, garantindo o equilíbrio hídrico das espécies, podendo ter de recorrer a autotanques.

CLÁUSULA 42.ª – PRADOS

1. O prado de sequeiro normalmente não é regado, no entanto, pode ocorrer a necessidade de rega quando as condições forem demasiado adversas, em situação de ressementeira ou instalação recente.
2. Quando houver ressementeiras, a rega deve ser imediata, com as devidas precauções de modo a evitar o arrastamento de terras ou sementes, utilizando para o efeito um espalhador tipo chuva, de modo a que o diâmetro das gotas não danifique o prado ou altere a superfície do solo.

CLÁUSULA 43.ª – RELVADOS

1. A periodicidade e intensidade da rega devem ser aquelas que o bom estado do relvado exigir e segundo as indicações da entidade adjudicante. Os períodos do dia mais indicados para a rega são o princípio da manhã e o fim da tarde. No caso de sistemas automáticos a programação deve ser noturna.
2. Se a rega for efetuada manualmente com mangueira deve ser utilizado um espalhador tipo chuva, de modo a que o diâmetro das gotas não danifique o relvado ou altere a superfície do solo.

3. Quando for efetuada uma sementeira, a rega imediata dever-se-á fazer com as devidas precauções de modo a evitar arrastamentos de terras ou de sementes.

4. As regas seguintes deverão ser feitas com a frequência e a intensidade necessárias para manter o solo húmido. Após o estabelecimento do relvado, as regas deverão ter uma periodicidade e intensidade adequadas ao bom estado de conservação do mesmo.

CLÁUSULA 44.ª – HERBÁCEAS

Os canteiros das herbáceas serão regados regularmente com uma dotação de água suficiente e bem distribuída de forma a ser mantido o nível hídrico necessário ao bom estado de conservação das plantas.

CLÁUSULA 45.ª – ÁRVORES E ARBUSTOS

1. Quando existam árvores ou arbustos que não sejam normalmente regados pelo sistema de rega instalado, dever-se-á proceder a uma rega específica destas plantas, nos primeiros anos de instalação (até 5 anos).

2. Esta rega deve ser abundante e efetuada com periodicidade necessária à manutenção do equilíbrio hídrico das plantas.

3. A distribuição de água de rega será feita por aspersão ou com mangueiras.

4. Na prática a rega será efetuada de acordo com o estado do tempo e o grau de humidade do solo.

5. Em caso de eventual penúria de água, deverão efetuar-se regas localizadas em caldeira, na Primavera e Verão, com cerca de 10 dias de intervalo, conforme as necessidades do tempo. A dotação de água deverá ser adequada à situação (aproximadamente 50L/árvore). Nestas situações eventuais, as caldeiras, abertas no começo da Primavera, manter-se-ão cobertas com casca de pinheiro para melhor conservar a humidade.

6. No caso de árvores jovens deverão efetuar-se regas localizadas em caldeira e não apenas a rega por aspersão dos relvados.

SECÇÃO V - RETANCHAS

CLÁUSULA 46.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Sempre que parte ou todo o canteiro de herbáceas, árvore ou arbusto morra ou apresente um aspeto degradado dever-se-á de imediato proceder a substituição das plantas de modo a que não exista qualquer tipo de lacunas nas zonas ajardinadas.
2. Ao efetuar a reposição da planta, deverá proceder-se ao arranque da planta morta, tendo o cuidado de não deixar resíduos no local, especialmente se a causa da morte tiver sido doença.
3. As covas para a plantação dos novos exemplares devem ter dimensões adequadas à estatura da planta. Assim, apresenta-se de seguida um quadro com as medidas recomendáveis de covas para árvores e arbustos de dimensão variável:

Dimensões recomendáveis para covas de árvores e arbustos

Porte	Dimensão das covas (metros)
Arbóreo (entre 2 e 5 metros)	1.2 x 1.2 x 1.2
Arbóreo (entre 1,5 e 2 metros)	1 x 1 x 1
Arbustivo (entre 0,8 e 1,5/2 metros)	0.8 x 0.8 x 0.8
Arbustivo (entre 0,4 e 0,8 metros)	0.6 x 0.6 x 0.6

4. Durante as operações de retanchas, a plantação deve ser organizada da seguinte forma:
 - a) ao cavar, retira-se a primeira camada de solo (1) para um pequeno monte, depois a segunda (2) para outro e, finalmente a camada mais profunda (3) para um terceiro monte;

- b) a cobertura deve ser feita na ordem inversa, isto é, primeiro coloca-se a camada mais superficial (1) no fundo da cova, de seguida a segunda camada (2) e por fim a terceira (3);
- c) fundo e os lados da cova devem ser picados até 0,10m para permitir uma melhor aderência, a terra de enchimento não deve encontrar-se encharcada ou muito húmida;
- d) sempre que se colocar uma das camadas na cova far-se-á o calcamento a pé assegurando a aderência das raízes à terra de enchimento;
- e) se o torrão da planta estiver muito compactado, deve-se desfazer a parte inferior e cortar as raízes velhas, com o cuidado de não desfazer por completo o torrão;
- f) ao efetuar a plantação propriamente dita, deve-se ter cuidado para deixar a parte superior do torrão ou colo das plantas, quando estas são de raiz nua, à superfície do terreno, para evitar problemas de asfixia radicular;
- g) após a plantação, deverá abrir-se uma pequena caleira para a primeira rega que deverá fazer-se de imediato, para melhor compactação do solo e consequente aderência à raiz da planta;
- h) depois da primeira rega e sempre que o desenvolvimento o justifique, deverão ser aplicados tutores de pinho, de acordo com o descrito no ponto referente a tutoragem.

CLÁUSULA 47.ª – RETANCHAS E HERBÁCEAS

1. Antes da reposição das herbáceas deverá ter lugar uma mobilização superficial do terreno, caso este se encontre muito compacto, e uma ancinhagem para a retirada de torrões, pequenas pedras e regularização do terreno.
2. Segue-se uma fertilização a razão de 0,02m³/m² de estrume bem curtido, ou tipo “Campoverde”, a razão de 1,5kg/m² acrescido de 0,2kg/m² de adubo composto em qualquer das modalidades anteriores. Os fertilizantes serão espalhados uniformemente à superfície do terreno e incorporados neste por meio de cava.

3. As plantas deverão ser dispostas em compasso de plantação triangular regular com espaçamento e profundidade de plantação de acordo com as espécies a empregar.
4. Terminada a operação seguir-se-á a primeira rega com distribuição de água bem pulverizada e distribuída.
5. Quando o terreno se apresentar seco e sobretudo quente, dever-se-á fazer uma rega antes da plantação e esperar o tempo suficiente para que o terreno esteja com boa sazão.
6. Pode a entidade adjudicante determinar a necessidade de levantar manchas inteiras de herbáceas e proceder de novo a sua instalação, efetuando a mobilização e regularização do terreno, adubação e plantação segundo os preceitos anteriormente descritos para a sua plantação, para aumentar o vigor das mesmas. Este procedimento será eventual, e a sua ocorrência será determinada pela entidade adjudicante em função do estado vegetativo das manchas de herbáceas.
7. Sempre que a entidade adjudicante assim o determine, deve o adjudicatário proceder ao seu levantamento e replantação.
8. Dependendo da natureza das herbáceas, poderá ser necessário aparar e condicionar o crescimento desmesurado, ou intensificar a floração daquelas. Sempre que tal se verificar, deve o adjudicatário informar a entidade adjudicante das suas intenções.

CLÁUSULA 47.ª – RETANCHAS DE ÁRVORES

1. Devera proceder-se ao arranque da planta morta, tendo o cuidado de não deixar resíduos das raízes no terreno, especialmente no caso da morte da árvore ter sido por doença.
2. Caso se justifique dever-se-á aguardar um período de quarentena e proceder a uma desinfeção do local com fitofármaco adequado.
3. Para plantação de uma árvore, abrir-se-á uma cova de 1m de profundidade por 1,5m de lado ou diâmetro.

4. Quanto à fertilização dever-se-á utilizar adubo orgânico tipo “Fertor”, ou equivalente, a dosagem de 4Kg/m³, incorporado na terra de plantação e com adubo de composto binário incorporar a 40cm de profundidade, cuja composição será a base de 20% de fósforo, 20% de potássio a dosagem de 40gr por cova e ainda superfosfato de potássio a 18% a dosagem de 20gr no fundo da cova.

CLÁUSULA 48.ª – RETANCHAS DE ARBUSTOS

Após o arranque do arbusto e respeitadas as necessárias medidas cautelares proceder-se-á a abertura de uma cova proporcional às dimensões do torrão ou do sistema radicular, (mas com um mínimo de 0.40m de profundidade e 0.40m de largura ou diâmetro), seguindo-se todos os cuidados indicados para a plantação das árvores, no que respeita à fertilização, profundidade de plantação, primeira rega e tutoragem.

CLÁUSULA 49.ª – RETANCHAS DE PALMEIRAS

1. Caso se trate de uma palmeira, outra devera ser transplantada para o mesmo local. A operação de transplante será feita durante o período de repouso vegetativo das palmeiras, devera ser executada obrigatoriamente no Verão, e no período de maior calor.
2. A parte aérea devera ser diminuída, pelo que se devem suprimir todas as folhas (de baixo para cima), até ao ponto em que estas façam um ângulo de 45 graus com o tronco. A determinação da localização do corte das folhas, deve ser feito de forma a manter o diâmetro da palmeira constante. As restantes folhas devem ser unidas e atadas para diminuir a área exposta ao ar, diminuindo a evapotranspiração e favorecer a circulação de seiva nas folhas.
3. O sucesso da transplantação de palmeiras depende também dos danos provocados na raiz com a operação de definição de torrão. Naturalmente quanto menores forem os cortes efetuados nas raízes e quanto menor for o diâmetro das raízes cortadas, menor será o risco de insucesso com a transplantação. O torrão devera ser protegido por serapilheiras

ou outro material que aperte eficazmente a terra. O objetivo de proteção do torrão com panos e cordas é, para além de reforçar o torrão por compressão da terra, o de permitir a formação de uma base para levantar a planta sem que neste processo se esmague o torrão.

4. No transporte a palmeira não deve apoiar o torrão no estrado da viatura, ou de qualquer outra estrutura, para evitar que aquele se desintegre com a trepidação que através desse contacto lhe seria transmitida durante a viagem.

5. A planta deve ser transportada e suportada por mais de um ponto, para que o peso fique mais repartido. Os apoios devem ser procurados de forma a equilibrar o peso do torrão e das folhas.

6. Procede-se seguidamente a abertura da cova, que terá uma dimensão equivalente ao diâmetro do torrão, e a plantação.

SECÇÃO VI - RESSEMENTEIRAS

CLÁUSULA 50.ª – RESSEMENTEIRAS

1. Nas zonas do relvado que por má sementeira ou por desgaste posterior apresentem “carecas”, deverá realizar-se uma ressementeira, com as mesmas misturas de semente utilizadas, tendo em atenção todos cuidados prévios ao rápido restabelecimento do relvado.

2. Em zonas onde o ligamento de sementeiras seja difícil poderá a entidade adjudicante requerer a colocação de pastas. Se for utilizada pasta de relva deve estar assegurada a inexistência de problemas fitossanitários.

3. Todos os serviços de ressementeira dos relvados devem efetuar-se em condições climáticas frescas ou húmidas naturais (Primavera e Outono) ou artificiais (rega), para que o relvado ou prado possa recuperar rapidamente.

4. Para a reparação do dano provocado no relvado, remover-se-á o mais pequeno quadrado de relva ou prado onde se inclua a porção afetada. Em seguida, deverá remexer-

se bem a superfície do solo com uma forquilha, fertilizar do mesmo modo que o indicado a seguir para as herbáceas, adicionar uma porção de terra viva de modo a repor o nível do terreno após compactação, e em seguida efetuar a sementeira. Depois do espalhamento das sementes manual ou mecanicamente, segue-se o enterramento das mesmas, que pode ser feito picando a superfície do terreno com ancinho, seguido de rolagem com um rolo normal. Deve sempre atender-se ao grau de humidade em excesso.

5. Após a cobertura das sementes, terá lugar a primeira rega, devendo a água ser bem pulverizada e distribuída com cuidado e regularidade.
6. O lote de sementes a utilizar, de acordo com o respectivo plano de sementeira, ou na ausência deste, segundo a mistura indicada pela entidade adjudicante, deverá ser semeado com a densidade igual a 40gr/m², ou segundo indicação da entidade adjudicante.
7. Não serão admitidas peladas numa percentagem superior a 5%/m².
8. Todas as peladas existentes no relvado e prado deverão semeadas imediatamente após indicação da entidade adjudicante, mesmo que resultem de obras nas canalizações ou de uso incontroável dos mesmos (sobre pisoteio). Estas sementeiras deverão ocorrer logo a seguir ao corte da relva.

CLÁUSULA 51.ª – COLOCAÇÃO DE PASTA DE RELVA

1. Nas zonas do relvado onde o ligamento de sementeiras seja difícil, poderá a entidade adjudicante requerer a colocação de pastas de relva.
2. Sempre que for utilizada pasta de relva deve estar assegurada a inexistência de problemas fitossanitários.
3. Após a modelação e regularização geral do terreno, deverá proceder-se à colocação das pastas de relva, sendo o terreno previamente sujeito a uma rolagem.
4. As pastas deverão ser colocadas paralelamente e com as juntas desencontradas e bem unidas.

5. No final deverá proceder-se a uma nova passagem com cilindro, seguida de uma rega abundante.

SECCAO VII - AREJAMENTO, ESCARIFICAÇÃO E ROLAGEM DE RELVADOS

CLÁUSULA 52. ^a AREJAMENTO, ESCARIFICAÇÃO E ROLAGEM DE RELVADOS

1. O arejamento dos relvados consiste na perfuração mediante equipamento especial da cobertura do relvado, devendo-se extrair os fragmentos obtidos mediante esta operação e encher os orifícios resultantes com areia.
2. Esta operação poderá ser superficial e/ou em profundidade, de acordo com indicações da entidade adjudicante. Sempre que se verificar que se forma superficialmente uma camada tipo feltro com mais de 1cm, que dificulte a circulação de ar e água, esta deverá ser rasgada de modo a permitir o normal desenvolvimento das raízes. De igual modo, em profundidade pode criar-se uma camada compacta de solo, que também deverá ser destruída.
3. A escarificação e outra operação necessária que deverá ser feita pelo menos duas vezes por ano, depois do Inverno e após o Verão, ou quando a entidade adjudicante der indicações nesse sentido.
4. A determinação da necessidade de se efetuar a rolagem dos relvados cabe à entidade adjudicante.

SECÇÃO VIII - ADUBAÇÕES

CLÁUSULA 53. ^a - DISPOSICÕES GERAIS

1. As adubações deverão ser sempre realizadas com base numa prévia análise de solos, a ser retirada no mínimo um mês antes da data prevista da adubação.

2. O adjudicatário terá que fornecer uma cópia legível desta análise à entidade adjudicante, antes da realização da adubação, para que se possa analisar e/ou corrigir o plano previsto, se necessário.
3. As adubações devem ser efetuadas com produtos que não impliquem a contaminação do solo. As aplicações devem ser efetuadas mediante uma avaliação ponderada das necessidades da planta, nomeadamente de acordo com o seu porte, com a qualidade do solo, entre outros., apenas quando for necessário, de acordo com indicação da entidade adjudicante.

CLÁUSULA 54.ª - RELVADOS

1. Todos os anos serão efetuadas, no mínimo, duas adubações com adubo composto, a razão de 40 g/m², uma no início da Primavera (Marco) e outra no início do Outono (Outubro).
2. Caso necessário, a seguir às adubações principais, e com intervalos médios de mês e meio, far-se-ão mais três adubações de cobertura da mistura de 2/3 de adubo nitro-amoniacal, com 1/3 de adubo composto, a razão de 30gr/m² da mistura. A aplicação far-se-á alguns dias após o corte.

CLÁUSULA 55.ª - HERBÁCEAS

1. Far-se-ão duas adubações de cobertura com adubo composto doseado 150gr/m² a ter lugar no início da Primavera e do Outono. Após a monda e sacha do terreno, a incorporação do adubo far-se-á por distribuição superficial com rega imediatamente posterior.
2. Nas plantas vivazes com compassos que permitam a intervenção dentro dos canteiros, poderá ser feita uma adubação orgânica com estrume ou terriço, em simultâneo com as operações de sacha.

CLÁUSULA 56.ª - ARBUSTOS

1. Após a monda e sacha do terreno far-se-ão duas adubações de cobertura com adubo composto, doseado a 150g/m², a ter lugar no início da Primavera e do Outono.
2. A incorporação do adubo far-se-á por distribuição superficial com rega imediatamente posterior. Esta operação deverá ser considerada por um período de 5 anos após a plantação.
3. Em zonas muito secas e pobres em matéria orgânica, e sempre que a entidade adjudicante o determinar, far-se-á uma adubação orgânica em Fevereiro/Março (um mês a mês e meio antes da fertilização química) com composto orgânico à razão de 150gr/m², incorporado no terreno ou caso se justifique, por cova e por ano.

CLÁUSULA 57.ª – ÁRVORES E PALMEIRAS

1. Nas árvores e palmeiras plantadas há menos de 10 anos, far-se-ão duas adubações anuais: uma orgânica, com composto orgânico em Fevereiro, à razão de 500gr/caldeira, e outra química após mês e meio a dois meses (Março / Abril), com adubo composto à razão de 300gr/caldeira. Estas quantidades devem ser ajustadas ao porte das plantas.
2. A adubação química pode ser substituída por uma aplicação anual com adubo de libertação lenta, composto, tipo Agriforme 20-15-5 em pastilhas em Março/Abril à razão de três pastilhas por árvore.
3. A fertilização será realizada na caldeira de rega, seguida de uma sacha de forma a envolver os compostos no solo.
4. Após a fertilização e sacha na caldeira deverá realizar-se uma rega.

SECÇÃO IX – CONTROLO DE INFESTANTES

CLÁUSULA 57.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este ponto refere-se a um serviço que deverá ter em atenção os objetivos definidos para o espaço, nomeadamente, no que diz respeito a conservação de espécies e promoção da diversidade biológica.

CLÁUSULA 57.ª – RELVADOS OU PRADOS REGADOS

1. Nos relvados implantados há mais de um ano, a monda poderá ser feita com herbicidas seletivos, sempre que estes garantam a sobrevivência das espécies semeadas e desde que essa aplicação seja aprovada pela entidade adjudicante.
2. A aplicação deverá ser realizada com auxílio de equipamentos próprios para o efeito, devendo ter em atenção de não usar o mesmo aparelho para dois tipos de herbicida diferentes exceto, se forem convenientemente lavados.
3. Dever-se-ão fazer mondas nos relvados, sempre que as infestantes se tornem visíveis à superfície. Não é permitida a existência de ervas daninhas numa percentagem superior a 10%/m², no entanto nas infestantes mais agressivas, esta percentagem é reduzida para 5%/m².
4. A intervenção ao nível do controle das infestantes nos relvados, deverá ter em atenção a circulação de máquinas, que deverá evitar a compactação excessiva do solo.

CLÁUSULA 58.ª – HERBÁCEAS E ARBUSTOS

1. As zonas de herbáceas e/ou arbustos deverão ser periodicamente sachadas e mondadas, sobretudo durante a Primavera e Outono.
2. A operação de monda é feita a mão, com um sacho ou herbicidas e consiste na eliminação de toda e qualquer erva daninha, de forma a evitar a concorrência com as plantas cultivadas.

3. Não será permitida a existência de infestantes numa percentagem superior a 5%/m².

CLÁUSULA 59.ª – ÁRVORES EM CALDEIRA

As caldeiras das árvores deverão ser periodicamente sachadas e mondadas, sobretudo durante a Primavera e Outono.

SECÇÃO X – TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS

CLÁUSULA 60.ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Os tratamentos fitossanitários de pragas e doenças mais frequentes deverão ser efetuados sempre que necessário, de forma preventiva ou curativa, mantendo-se uma vigilância contínua de forma a detetar e combater qualquer ataque ou doença.
2. Compete ao adjudicatário avisar a entidade adjudicante de algum problema anormal. Se verificarem manchas no relvado resultantes de doenças, sobretudo no fim da primavera e no verão, deverá o adjudicatário informar de imediato a entidade adjudicante da sua ocorrência, juntamente com o tratamento preconizado para a sua correção, de modo a que este possa ser implementado pelo adjudicatário.
3. Em todas as aplicações de produtos fitossanitários devem ser registadas: data de aplicação, produto aplicado, dose e concentração da aplicação, assim como o objetivo do tratamento.
4. Os locais sujeitos a tratamento devem ser devidamente assinalados com placas informativas e visíveis aos utentes do espaço e este, deverá ficar balizado como forma de precaução, conforme indicação da entidade adjudicante.

CLÁUSULA 61.ª – PROCESSIONÁRIA

1. A lagarta do pinheiro, vulgarmente apelidada de lagarta Processionária, a *Thaumetopoea pityocampa*, trata-se de um inseto desfolhador dos pinheiros e cedros. Como tal, leva a um enfraquecimento da árvore e consoante o grau de ataque poderá causar-lhe a morte.
2. A processionária do pinheiro além de provocar danos nas árvores, podem também originar graves problemas de saúde pública devido a característica urticante dos seus pelos provocando alergias na pele, globo ocular e aparelho respiratório no caso do homem e até mesmo nos animais domésticos.
3. Forma de Tratamento: é importante salientar que o grau de desenvolvimento das lagartas está diretamente relacionado com as condições climáticas existentes e que se pode verificar um aceleração/retardamento dos estádios, se as condições forem favoráveis ou desfavoráveis.
4. 1º Tratamento: em lagartas do 1º e 2º estágio de crescimento os tratamentos químicos são bastante eficazes, normalmente ocorre no período do Outono (meados de Setembro/finais de Outubro). São usados 2 grupos de produtos, de baixa toxicidade e inócuos para o ambiente:
 - a) Químicos (diflubenzurão): são inibidores do crescimento, só podendo ser usados produtos homologados pela DGPC (Direção Geral de Proteção das Culturas) e indicados pela entidade adjudicante, com preferência por produtos menos agressivos para fauna auxiliar associada.
 - b) Biológicos: a base de *Bacillus thuringiensis*.
5. 2º Tratamento – Extração mecânica dos ninhos:
 - a) No período de Inverno o seu tratamento é mais difícil, uma vez que nesta fase a lagarta já revestiu o seu corpo de quitina (endurecimento) e os tratamentos químicos já não vão atuar tão eficazmente.

- b) O meio de combate mais utilizado é a extração mecânica dos ninhos que consiste na remoção manual, com auxílio de um carro grua e com material de proteção (fato protetor de forma a cobrir a zona do pescoço, luvas e óculos). Após a retirada dos ninhos estes deverão ser queimados num contentor, segundo indicação da entidade adjudicante.
 - c) Sempre que se verificar o local de enterramento das lagartas, deverá ser cavado o solo de modo a expor as pupas já formadas ou até mesmo as lagartas que ainda não se formaram, segundo indicações da ENTIDADE ADJUDICANTE.
 - d) Colocação de cintas de papel ou plástico embebido nas duas faces com cola inodora a base de poli-isolbutadieno, a volta da árvore de forma a que as lagartas ao descerem do tronco fiquem aí coladas.
 - e) Quando se verificarem acumulação/procissão de lagartas no solo/pavimento, estas deverão ser varridas a fim de as juntar, deverá ser executado com precaução de forma a não serem levantados os pelos urticantes. Se possível, consoante as condições do terreno e segundo indicação da ENTIDADE ADJUDICANTE, deverão ser pisadas ou dever-se-á colocar petróleo a fim de serem queimadas.
6. 3º Tratamento – Colocação das armadilhas:
- a. A partir do momento em que a pupa passa a borboleta, o meio de combate mais usual passa, pela colocação de armadilhas iscadas com feromonas sexuais, nas árvores para a captura dos machos (será uma armadilha por hectare). Os locais de colocação destas armadilhas serão segundo indicação da entidade adjudicante.
 - b. Pode-se ainda fazer o tratamento da árvore por micro-injeção (a efetuar no mês de Julho) com princípios nutritivos de forma a incrementar a vitalidade e a capacidade de resposta defensiva da árvore tratada.
 - c. A entidade adjudicante utiliza sempre a luta biológica para combate desta praga, pelo que nos locais incluídos no presente concurso será essa a metodologia a utilizar.

CLÁUSULA 62.ª – LAGARTA DO RELVADO

1. Como forma de prevenção dever-se-á assegurar um adequado estado fitossanitário do relvado, evitar a acumulação dos restos dos cortes e existência de zonas encharcadas.
2. Nos tratamentos químicos é usual utilizar algumas substâncias, cujo princípio ativo poderá ser de vários tipos, entre eles recomenda-se:
 - a. *Bacillus thuringiensis*;
 - b. Acefato;
 - c. Carbaril;
 - d. Clorpirifos;
 - e. Malatiao.
3. Devido a serem produtos muito tóxicos convém serem utilizados com precaução e consoante indicações da embalagem.

CLÁUSULA 63.ª – AFÍDEOS

Se se justificar, de acordo com a espécie, efetuar tratamentos químicos ou lavagem com detergente.

CLÁUSULA 64.ª – ESCARAVELHO DA PALMEIRA

1. O escaravelho da palmeira, *Rhynchophorus ferrugineus*, é um insecto que provoca a morte das palmeiras, principalmente a *Phoenix Canariensis* e *Dactylifera*. Vive e alimenta-se no interior da palmeira, tornando a sua deteção visual muito difícil. Os principais sintomas são os seguintes: coroa com um aspeto achatado pelo abatimento das folhas centrais que amarelecem e secam; orifícios e galerias na inserção das folhas, podendo conter larvas e casulos e folhas desprendidas da coroa e penduradas.

2. Caso o adjudicatário detete estes sintomas, deve com urgência comunicar ao técnico da entidade adjudicante.

SECÇÃO XI – TUTORAGEM

CLÁUSULA 65.ª – TUTORAGEM

1. Sempre que a entidade adjudicante julgue necessário a tutoragem far-se-á com varas de pinho em tripé.
2. A altura das varas deverá ser de 2,5m e diâmetro de 8cm, devendo as mesmas ser enterradas 1m no solo ficando 1,5m desde o colo da árvore ao ponto de amarração; os tutores são ligados entre si com travessas de 40cm a 60cm de comprimento, devidamente tratados em solução de cobre a 5%.
3. A fixação da árvore ao tripé far-se-á em três pontos (um para cada vara) com cintas elásticas de 8 a 10cm de largura, presas com agrafos aos tutores, evitando ferimentos na planta.
4. No caso de ser apenas um tutor será aplicado e cravado no terreno natural, bem fixo na vertical, numa posição quase central na caldeira, antes do enchimento da cova com a terra fertilizada.
5. Em caso algum as árvores poderão entrar em contato direto com a tutoragem quer seja o fuste ou a ramagem.
6. Caso as árvores apresentem danos causados pelo sistema de tutoragem deverão ser substituídas de acordo com as existentes.

SECÇÃO XII – LIMPEZA GERAL

CLÁUSULA 66.^a – LIMPEZA GERAL

1. Todos os espaços terão de apresentar-se constantemente limpos, sem acumulações de lixos ou detritos (papéis, latas, cartões, folhas velhas, entre outros), que deverão ser removidos do local, diariamente.
2. O adjudicatário deverá proceder à limpeza das zonas verdes, recolha dos resíduos provenientes das atividades dos serviços de manutenção das áreas plantadas e da vegetação em geral e todos os detritos e lixos de natureza diversa, que deverão ser corretamente depositadas antes da recolha, e transportadas a vazadouro.
3. As zonas pavimentadas terão de apresentar-se constantemente limpas sem acumulação de lixos e/ou detritos sólidos ou líquidos e deverão ser lavadas sempre que necessário.
4. A limpeza inclui o despejo dos equipamentos de pequena capacidade instalados (papeleiras). Inclui também a limpeza de bancos e mesas.
5. Os serviços de limpeza deverão ser realizados diariamente e logo pela manhã e com frequência necessária, de acordo as condições climáticas e a época do ano.
6. Durante o período da queda da folha, a rapidez e a frequência da limpeza dos canteiros deverá ser reforçada, de modo a reduzir ao mínimo o tempo de permanência de folhagem seca sobre a vegetação herbácea, evitando o risco de asfixia e morte da mesma.
7. Na remoção destes detritos o adjudicatário poderá utilizar os meios que desejar, manuais ou mecânicos, desde que efetue os serviços com a frequência necessária.
8. O adjudicatário deverá manter de forma permanente uma equipa que executará de forma contínua a limpeza do lixo diário dos espaços.
9. Sempre que necessário ou pelo menos uma vez por mês o adjudicatário deve verificar o estado geral do funcionamento dos sistemas de rega executando as limpezas necessárias.

10. Deverá ser regularmente executada a limpeza e desobstrução de sumidouros, incluindo os sumidouros dos bebedouros.
11. As viaturas utilizadas não podem exceder a capacidade de suporte do pavimento. As viaturas que venham a ser utilizadas deverão estar em perfeito estado de funcionamento e deverão emitir níveis mínimos de ruído. Todos os veículos se devem apresentar sempre em bom estado de limpeza, desinfeção e pintura.
12. Caso se utilizem veículos de lavagem, estes deverão usar pressões adequadas ao tipo de pavimento, tendo em atenção a proximidade das plantações circunstantes.

SECÇÃO XIII – LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE REGA

CLÁUSULA 67.ª – LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE REGA

1. Sempre que necessário, ou pelo menos uma vez por mês, o adjudicatário deve verificar o estado geral do funcionamento dos sistemas de rega executando as limpezas necessárias.
2. Sempre que se verifique que o sistema de rega se encontra danificado, vandalizado ou simplesmente em mau estado de funcionamento, a situação deverá ser imediatamente comunicada a entidade adjudicante, e reparada pelo adjudicatário no prazo de 3 dias.

SECÇÃO XIV – REMOÇÃO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS

CLÁUSULA 68.ª – REMOÇÃO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS

1. Toda a remoção de resíduos resultantes da atividade do presente concurso e da responsabilidade do adjudicatário, estando este obrigado a cumprir a Legislação em vigor, em particular o Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Outubro, e a Portaria nº 335/97, de 16 de Maio. O adjudicatário deve enviar à entidade adjudicante, quando solicitado, fotocópias dos comprovativos do cumprimento da legislação mencionada.

2. Todos os detritos devem ser quantificados por tipologia e mensalmente deverá ser enviado à entidade adjudicante uma ficha com as quantidades.
3. Todos os lixos orgânicos e entulhos provenientes das limpezas são da responsabilidade do adjudicatário não poderão ser colocados em depósitos da entidade adjudicante, incorrendo numa situação de penalização segundo a legislação em vigor.
4. A responsabilidade pela gestão dos resíduos resultantes dos serviços será do adjudicatário e no caso de resultar madeira com interesse para a entidade adjudicante, proveniente dos cortes das árvores podadas ou abatidas, a entidade adjudicante indicará ao adjudicatário o local para onde deve ser transportada e descarregada.

**CLÁUSULA 69.ª – MADEIRA COM INTERESSE PARA A ENTIDADE
ADJUDICANTE**

1. Toda a madeira (lenha com $\varnothing > 10$ cm) com características adequadas para queimar, deverá ser cortada em pedaços de 40cm e depositada em local a indicar pela entidade adjudicante.
2. Toda a madeira grossa ($\varnothing > 25$ cm), que possa ser utilizada para serração (freixo, carvalho, plátano, eucalipto vermelho, robínea), deve ser traçada com 2m a 2,5m de comprimento e depositada em local a indicar pela entidade adjudicante.
3. Todo o transporte deste material deve ser assegurado pelo adjudicatário.

SECCAO XV – ESPAÇOS VERDES DAS ESCOLAS

CLÁUSULA 70.ª – ESPAÇOS VERDES DAS ESCOLAS

Nos espaços exteriores das escolas é importante ter em consideração os seguintes aspectos:

- a. A limpeza dos espaços deverá ser sempre efetuada com aspiradores;

- b. Os serviços de podas, abates, corte de relvados/prados, desmatações, controlo de infestantes, entre outros, que possam vir a ser referidos pela entidade adjudicante, devem ser preferencialmente realizados ao fim de semana e ou em pausas curriculares;
- c. É imprescindível que os equipamentos utilizados na manutenção destes espaços estejam sempre sob vigilância;
- d. É imprescindível a retirada diária de todos os resíduos efetuados;
- e. A permanência de equipas constantes e responsáveis.

SECCAO XVI – MEIOS HUMANOS

CLÁUSULA 72.ª – TRABALHADORES E HORÁRIOS

1. Sempre que necessário o adjudicatário deve aumentar o numero de jardineiros (ou de outro tipo de categoria profissional) para executar com qualidade as tarefas que constam neste caderno de encargos e/ou acordadas nas reuniões periódicas com a entidade adjudicante.
2. Os funcionários deverão reportar a um encarregado geral.
3. Os serviços de manutenção serão prestados todos os dias, dentro do horário normal de trabalho, das 8.00 as 17.00 horas com uma hora de almoço, devendo o adjudicatário assegurar atempadamente os procedimentos legais necessários em horários especiais. A limpeza deverá ser assegurada diariamente incluindo sábados, domingos e feriados.
4. Em caso de férias e/ou doença prolongada do pessoal destacado para a prestação de serviços, o adjudicatário deverá proceder à sua substituição.
5. O fornecedor poderá praticar outros horários desde que autorizado pela entidade adjudicante.

CLÁUSULA 73.ª – FARDAMENTOS E IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

Todo o pessoal ao serviço do adjudicatário deverá apresentar-se ao serviço fardado de igual forma, com identificação “ao serviço da Junta de Freguesia de Belém”, e com o respetivo nome do trabalhador e de acordo com as normas de segurança em vigor.

CLÁUSULA 74.ª – APOIO LOGÍSTICO

Fica a cargo do adjudicatário.

CLÁUSULA 75.ª – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

1. O adjudicatário é obrigado a assegurar aos trabalhadores condições de segurança, higiene e saúde em todos os aspetos relacionados com o serviço.
2. Compete ao adjudicatário, prestar informação atualizada aos trabalhadores, relativa a:
 - a) Riscos para a segurança e saúde, medidas de proteção e prevenção;
 - b) Medidas e instruções a adotar em casos de perigo grave iminente;
 - c) Medidas de primeiros socorros e combate a incêndios.
3. O adjudicatário é responsável disciplinarmente pelo não cumprimento das normas legais sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.
4. Constitui obrigação do adjudicatário, fornecer proteção individual e garantir o seu bom funcionamento.
5. O adjudicatário deve garantir a existência de sinalização, de segurança e de saúde no trabalho, adequada, de acordo com as prescrições deste diploma, sempre que esses riscos não puderem ser evitados ou suficientemente diminuídos com meios técnicos de proteção coletiva ou com medidas, métodos ou processos de organização do serviço.

6. Máquinas e equipamentos: os equipamentos a utilizar, devem estar abrangidos pela Diretiva Máquinas (Diretiva 89/392/CEE) cumprindo as normas de segurança e possuir a "Declaração de Conformidade da CE"
7. Equipamentos de proteção individual (E.P.I.'s): os E.P.I.'s devem ser utilizados quando os riscos existentes não puderem ser evitados ou suficientemente limitados por meios técnicos de proteção coletiva ou por medidas, métodos ou processos de organização de serviço.
8. Caraterísticas dos EPI's a distribuírem pela Entidade Executante:
 - a) Estarem munidos da etiqueta CE;
 - b) Serem adequados aos riscos a prevenir e às condições de serviço;
 - c) Não deverão implicar um aumento do risco que pretendem minimizar ou provocar outro risco;
 - d) Estarem de acordo com as normas aplicáveis de segurança e saúde, em termos da sua conceção e fabrico;
 - e) Atenderem as exigências ergonómicas e de saúde dos trabalhadores;
 - f) Serem de uso individual (salvo em casos excepcionais, onde se deverá garantir a salvaguarda das condições de saúde de cada trabalhador);
 - g) Caso seja necessária a utilização de mais que um EPI em simultâneo, deve garantir-se a sua compatibilidade e eficácia.
9. Escolha dos EPI's a distribuir pela Entidade Executante: a escolha dos EPI é feita com base na avaliação dos riscos existentes nos postos de serviço. Para facilitar esta tarefa está a Portaria nº 988/93 de 6 de Outubro, que permite estabelecer uma correlação entre o risco e a parte do corpo potencialmente afetada. O levantamento dos riscos existentes será realizado pelas entidades intervenientes no processo, daí será necessário proceder a escolha dos Equipamentos de Proteção Individual.
10. A escolha dos EPI's mais adequados deve ter em conta os seguintes fatores:

- a) Características do Operador;
- b) Duração do EPI;
- c) Gravidade do risco;
- d) Frequência da exposição ao risco;
- e) Características do local de serviço.

11. Implementação de um programa para a utilização de EPI's (Obrigatório): a utilização dos equipamentos de proteção individual é da responsabilidade do adjudicatário.

12. Definição de responsabilidades:

a) Encarregado:

- a. Proporcionar os EPI's adequados e mantê-los disponíveis para os trabalhadores;
- b. Assegurar que os trabalhadores têm treino adequado no uso, manutenção e limpeza dos mesmos;
- c. Garantir o cumprimento do uso e manutenção de EPI's por parte dos trabalhadores;

b) Trabalhadores:

- a. Utilizar os EPI's adequadamente;
- b. Assistir as ações de treino necessárias;
- c. Limpar e manter os mesmos conforme necessário;
- d. Informar o encarregado da necessidade de reparar ou substituir um EPI.

13. Equipamentos de Proteção Individual por operações:

a) Geral:

- a. Coletes de sinalização de alta visibilidade para serviços na berma da estrada ou no interior da mata para serem facilmente referenciáveis;
- b. Chapéus para o sol;
- c. Protetor solar;
- d. Impermeáveis para a chuva;
- e. Luvas de proteção mecânica;
- f. Botas de sola e biqueira de aço ou Kevlar.

b) Aplicação de herbicidas:

- a. Fato tipo Tyvec com capuz de proteção química;
- b. Óculos de proteção panorâmicos anti-embaciamento;
- c. Luvas de borracha de proteção química;
- d. Proteção visual com mascara de filtro adequado;
- e. Botas de borracha de proteção química.

c) Remoção de lixos:

- a. Farda ou fato de macaco;
- b. Pinça mecânica (se aplicável);
- c. Luvas de proteção;
- d. Botas de sola de aço e biqueira de aço/Kevlar.

d) Serviços com roçadora:

- a. Jardineira anti-corte ou no mínimo farda ou fato de macaco com plainitos e manguitos, em croute ou material similar;
- b. Viseira de proteção com rede ou acrílico;
- c. Protetores auriculares;

- d. Luvas de proteção mecânica;
 - e. Botas de sola e biqueira de aço ou Kevlar;
 - f. Seria de toda a conveniência a utilização de pranchas laterais de proteção por um funcionário auxiliar, nos serviços junto a estrada, a fim de proteger as pessoas e os veículos, da projeção de materiais.
- e) Trabalho de poda e corte de sebes, com máquina:
- a. Farda ou fato de macaco;
 - b. Capacete de proteção com viseira e protetores auriculares;
 - c. Calçado de proteção com sola e biqueira de aço/Kevlar;
 - d. Cinto de segurança para serviços em altura;
 - e. Luvas de proteção mecânica.
- f) Serviços com soprador:
- a. Farda ou fato de macaco;
 - b. Máscara de proteção com filtro em locais particularmente poeirentos;
 - c. Óculos de proteção anti-embaciamento;
 - d. Luvas de proteção mecânica;
 - e. Protetores auriculares;
 - f. Botas de sola e biqueira de aço/Kevlar;
 - g. É de aconselhar a utilização de óculos escuros de proteção, para os serviços executados ao sol, sobretudo no Verão, afim de proteger os olhos do operador, dos raios UV; bem como um creme e um batom protetores.
- g) Trabalho com motosserra:
- a. Fato de proteção anti-corte para motosserrista;

- b. Capacete de proteção com viseira de rede ou acrílica e protetores – auriculares incorporados;
 - c. Luvas de proteção para motosserrista ou no mínimo de proteção mecânica;
 - d. Botas de biqueira e sola de aço;
 - e. Cinturão de segurança para cortes em altura.
- h) Serviços com trator, trator do tipo bobcat, ou equivalente:
- a. Farda ou fato de macaco;
 - b. Capacete de proteção;
 - c. Colete de alta visibilidade;
 - d. Óculos de proteção;
 - e. Luvas de proteção;
 - f. Botas de biqueira e sola de aço/Kevlar.
- i) Trabalho com bio-triturador:
- a. Colete de alta visibilidade;
 - b. Farda ou fato de macaco;
 - c. Capacete de proteção com viseira de rede ou acrílica e com protetores auriculares;
 - d. Luvas de proteção mecânica de punho comprido (tipo serralheiro);
 - e. Botas de biqueira e sola de aço/Kevlar.
- j) Trabalho de construção/reconstrução de jardins:
- a. Fato de macaco ou farda;
 - b. Luvas de proteção mecânica;

- c. Botas de biqueira e sola de aço/Kevlar, que no Verão, devem preferencialmente ser substituídas por ténis ou sapatos em Kevlar, pois sendo muito mais frescos, mantêm a proteção pretendida;
- d. Óculos de proteção, quando possa haver risco de projeção de materiais para o rosto, que devem ser escuros, se o serviço for ao sol;
- e. Boné para serviços ao sol;
- f. Impermeável, se as atividades forem à chuva;
- g. Protetor solar fator 20 ou superior, nos serviços de Verão ou no Inverno, em dias soalheiros;
- h. Batom de proteção UV, nos serviços de Verão;
- i. Colete de alta visibilidade, para atividades junto a estrada ou na mata densa;
- j. Quando os serviços se desenrolarem a beira da estrada, é necessário proceder à sua sinalização correta, afim de evitar situações de perigo para/com o trânsito, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 33/88 de 12 de Setembro, que disciplina a sinalização temporária de obras e obstáculos na via pública.
- k. Será de salientar, que em caso de omissão aplica-se sempre toda a legislação em vigor no que respeita a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

14. Fiscalização: a entidade adjudicante, reserva-se o direito de fiscalizar pelos seus técnicos, o cumprimento das normas da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho aplicáveis e obrigar a Entidade Executante a cumprir com todos os requisitos legais para a SHST dos seus funcionários.

ANEXO A – Lista de Espaços serviços de manutenção de espaços verdes

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E ÁRVORES DE
ALINHAMENTO DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM

Designação	Morada	COD_SIG	Área (m2)
ALTOS ESTUDOS MILITARES	RUA D. JERÓNIMO OSÓRIO	320010	3688
AVENIDA DO RESTELO	AVENIDA DO RESTELO	320020	3498
AVENIDA D. VASCO DA GAMA E TRIÂNGULO (GANDHI)	AVENIDA D. VASCO DA GAMA	320030	4786
BIBLIOTECA DE BELÉM	RUA DA JUNQUEIRA	320040	596
CAPELA DE STº CRISTO	AVENIDA DO RESTELO	320050	901
CENTRO COMERCIAL DO RESTELO	RUA DUARTE PACHECO PEREIRA	320060	3153
CORDOARIA NACIONAL	AVENIDA DA INDIA	320070	4506
JARDIM VASCO DA GAMA	RUA VIEIRA PORTUENSE	320100	42168
LARGO DOS JERÓNIMOS	LARGO DOS JERÓNIMOS	320110	288
LARGO LUÍS ALVES MIGUEL	LARGO LUÍS ALVES MIGUEL	320120	1106
PRAÇA DE DAMÃO	PRAÇA DE DAMÃO	320130	3704
PRAÇA DE DIU	PRAÇA DE DIU	320140	4282
PRAÇA DE GOA	PRAÇA DE GOA	320150	3092
PRAÇA DE MALACA	PRAÇA DE MALACA	320160	5004
RUA BARTOLOMEU DIAS	RUA BARTOLOMEU DIAS	320190	1179
RUA DOS JERÓNIMOS	RUA DOS JERÓNIMOS	320200	1098
RUA FERNÃO LOPES CASTANHEDA	RUA FERNÃO LOPES CASTANHEDA	320210	793
RUA MARTINS BARATA	RUA MARTINS BARATA	320220	1964
TRAVESSA DA PIMENTEIRA	TRAVESSA DA PIMENTEIRA	320240	4103
RUA MARTINS BARATA - NOVO ESPAÇO	RUA MARTINS BARATA	320260	264
RUA ANTÓNIO DE ABREU	RUA ANTÓNIO DE ABREU	320270	379
RUA DAS HORTAS	RUA DAS HORTAS	320280	306
TERREIRO DAS MISSAS	AVENIDA DE BRASÍLIA	320400	6477
CORDOARIA MAR	AVENIDA DE BRASÍLIA	320530	7079
AVENIDA DA ÍNDIA	AVENIDA DA ÍNDIA	320660	3238
AVENIDA DA ÍNDIA - ENTRE A TV. DA TORRINHA/RUA DAMIÃO DE GÓIS	AVENIDA DA ÍNDIA - ENTRE A TV. DA TORRINHA/R. DAMIÃO DE GÓIS	320760	2381

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E ÁRVORES DE
ALINHAMENTO DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM

Designação	Morada	COD_SIG	Área (m2)
RUA D. FRANCISCO DE ALMEIDA	RUA D. FRANCISCO DE ALMEIDA	320810	579
EB1 Nº63 BAIRRO DO RESTELO E JI DO RESTELO	PRAÇA DE GOA, BAIRRO DO RESTELO	320820	6758
MUSEU DE ARTE POPULAR	AVENIDA DE BRASÍLIA	320840	3216
CENTRAL TEJO	AVENIDA DE BRASÍLIA	320860	11307
JARDIM JAPONÊS	AVENIDA DE BRASÍLIA	320880	5460
CANTEIRO NA RUA DAMIÃO DE GÓIS	RUA DAMIÃO DE GÓIS	320890	348
RUA LUIS BRAILLE	RUA LUIS BRAILLE	320910	1009
CALÇADA DO GALVÃO N.º 121	CALÇADA DO GALVÃO N.º 121	320920	70
AVENIDA DA INDIA/TRAVESSA DOS ESCALARES	AVENIDA DA INDIA	320940	101
POLIDESPORTIVO DA TRAVESSA DO GALVÃO	TRAVESSA DO GALVÃO	320950	551
URBANIZAÇÃO DAS TERRAS DO FORNO	RUA QUINZE / RUA ONZE	320960	864
JI DE PEDROUÇOS	RUA FERNÃO MENDES PINTO Nº25	320970	783
CASA DO ARCO	RUA PRAIA DO BOM SUCESSO/AVENIDA DA ÍNDIA	320980	270
AVENIDA ILHA DA MADEIRA / RUA CAP.MOR P. TEIXEIRA	AVENIDA ILHA DA MADEIRA	400010	5893
AVENIDA ILHA DA MADEIRA / RUA GONÇALVES ZARCO	AVENIDA ILHA DA MADEIRA	400020	6213
RUA TRISTÃO VAZ	RUA TRISTÃO VAZ	400030	13265
CAPELA DE S. JERÓNIMO (JARDIM DUCLA SOARES)	RUA PÊRO DA COVILHÃ	400040	28774
RUA GREGÓRIO LOPES	RUA GREGÓRIO LOPES	400060	466
RUA JOÃO FERNANDES LABRADOR	RUA JOÃO FERNANDES LABRADOR	400070	169
RUA GONÇALO VELHO CABRAL	RUA GONÇALO VELHO CABRAL	400080	475
RUA JOÃO DIAS	RUA JOÃO DIAS	400090	1116

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E ÁRVORES DE
ALINHAMENTO DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM**

Designação	Morada	COD_SIG	Área (m2)
RUA PEDRO DE SINTRA	RUA PEDRO DE SINTRA	400100	1504
RUA ANTÓNIO RAPOSO TAVARES	RUA ANTÓNIO RAPOSO TAVARES	400110	391
JARDIM FERNANDA DE CASTRO	RUA LUIS CASTANHO DE ALMEIDA	400120	5898
ZONA V. ADJACENTE À MORADIA NA AVENIDA ILHA DA MADEIRA	AVENIDA ILHA DA MADEIRA	400130	942
BAIRRO DE CASELAS	RUA DA IGREJA (BAIRRO DE CASELAS)	400150	10056
PARQUE RECREATIVO DOS MOINHOS DE SANTANA	RUA TRISTÃO VAZ	400160	51000
CALÇADA DO GALVÃO / RUA CONS. MARTINS DE CARVALHO	RUA CONSELHEIRO MARTINS DE CARVALHO	400230	5677
RUA ANTÃO GONÇALVES / RUA GREGÓRIO LOPES	RUA ANTÃO GONÇALVES / RUA GREGÓRIO LOPES	400310	4545
EB1 Nº30 MOINHOS DO RESTELO E JI Nº1 SÃO FRANCISCO XAVIER	RUA CAP. MOR PEDRO TEIXEIRA	400370	6985
RUA ALFREDO SOARES	RUA ALFREDO SOARES	400390	1463
ROTUNDA DR. MÁRIO MOUTINHO	AVENIDA DR. MÁRIO MOUTINHO	400410	3692
CANTEIRO JUNTO RUA CARLOS CALISTO	RUA CARLOS CALISTO	400450	356
AVENIDA DAS DESCOBERTAS	AVENIDA DAS DESCOBERTAS	400480	11560
TALUDE ANEXO AO PARQUE DOS MOINHOS	RUA CONS. MARTINS DE CARVALHO	400490	11034
PISCINA MUNICIPAL DO RESTELO	RUA ANTÃO GONÇALVES	400530	846
RUA GONÇALVES ZARCO	RUA GONÇALVES ZARCO	400540	87
RUA GREGÓRIO LOPES - Novo espaço	RUA GREGÓRIO LOPES	400550	1117
EB1 Nº147 DE CASELAS E JI DE CASELAS	RUA PADRE LUIS FRÓIS, Bº. CASELAS	400570	2549
RUA PAULO DA GAMA/RUA PEDRO F. DE QUEIRÓS	RUA PAULO DA GAMA/RUA PEDRO F. DE QUEIRÓS	400630	43
RUA GREGÓRIO LOPES - PARQUE ESTACIONAMENTO	RUA GREGÓRIO LOPES	400640	771
RUA GREGÓRIO LOPES/ESTRADA DE CASELAS	RUA GREGÓRIO LOPES/ESTRADA DE CASELAS	400670	431
ESTRADA DE CASELAS-MOINHOS DE SANTANA	ESTRADA DE CASELAS	400680	1821

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E ÁRVORES DE
ALINHAMENTO DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM**

Designação	Morada	COD_SIG	Área (m²)
Jardins da Caselcoop	Entre Rua Padre Luís Fróis e Rua Sam Levy		1107
Rua João Paiva	Rua João Paiva		128
Envolvente do Quiosque da Junta de Freguesia de Belém	Rua Mem Rodrigues		784
Miradouro de Caselas	Rua do Miradouro		356
Espaços verdes em frente a Associação de Caselas	Rua Padre Reis Lima		1268
Envolvente ao Centro Social de Caselas	Rua dos Margiochis		794
Envolvente ao Moinho	Rua António Janeiro		1302
Zona Prado Novo	Parque Moinhos de Santana (espaços novos)		4887
Interior do “Bairro da Polícia”	Rua Conselheiro Martins de Carvalho		679
Jardins das traseiras da Delegação	Rua Dr João de Paiva		150
Envolvente ao Centro Médico de Caselas	Rua António Janeiro / Rua dos Margiochis		600

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E ÁRVORES DE
ALINHAMENTO DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM**